

O DISCURSO PEDAGÓGICO NA PANDEMIA EM DIFERENTES MÍDIAS

THE PEDAGOGICAL DISCOURSE IN THE PANDEMIC IN DIFFERENT MEDIA

Brenda Mourão Pricinoti

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: brendapricinoti@yahoo.com.br

João Vítor Sampaio de Moura

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: contatomourajvs@gmail.com

Stefanne de Almeida Teixeira

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: stefanne.almeida@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v3i1.151>

Recebido em: 01.07.2022

Aceito em: 27.07.2022

Resumo: A Análise do Discurso pretende analisar não apenas a língua, mas também para cuidar das relações que ocorrem entre o sujeito, a língua e a história. Dessa forma, as leituras propostas por esta área não se dão na superficialidade, pelo contrário, são realizadas com profundidade, buscando as intenções por trás de cada enunciado. Nesse sentido, buscamos analisar, neste artigo, os discursos pedagógicos na pandemia do novo coronavírus, observando as formas que a educação é abordada pelas mídias sociais e o que se enuncia sobre ela. Com base nos estudos de Orlandi (2002, 2009 e 2016), Marques (2011) e Batista e Mastrodi (2018), entendemos que as instituições educacionais são os lugares onde a reprodução cultural acontece e elas reforçam, na sociedade, as questões de transmissão de poder e da alienação. Sob essa perspectiva, com a pandemia, a educação como forma de exclusão social ficou ainda mais evidente, visto que as aulas são feitas de forma online e apenas os indivíduos que possuem dispositivos eletrônicos (tablets, celulares e computadores) com acesso à internet conseguem assisti-las.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Pandemia. Educação. Exclusão social.

Abstract: The Discourse Analysis aims to analyze not only the language, but as stated by Orlandi (2005) it takes care of the relations between subject, language and history. Consequently, the reading proposed by this field, does not occur on the shallowness, on the contrary, the reading is carried out in depth, the intentions of each statement are observed. In this article, I intended to analyze the pedagogical discourses during corona virus' pandemic situation, analyzing the ways in which education is approached by social media, what is stated about it. Orlandi (1987) talks about education, according to her it is the place where the cultural reproduction occurs and reinforces the alienation and cultural transmission. She says that school is place that causes discrimination. The corona virus' pandemic revealed that education reinforces social exclusion, as in Brazil the classes are online during this situation, and only people who possess electronic devices (such as tablets, mobile phones and computers) can attend the classes.

Keywords: Discourse Analysis. Pandemic situation. Education. Social exclusion.



1 Introdução

Este artigo almeja contribuir com análises de discursos pedagógicos que foram produzidos no momento da pandemia, investigando como a educação foi abordada nas mídias sociais e o que se enunciou sobre a educação nos lugares (virtuais) na sociedade. Nosso objetivo principal foi, então, o de averiguar se as desigualdades relacionadas ao ensino são reais. Para isso, foram analisadas duas charges (compartilhadas em redes sociais) e uma reportagem (publicada em um jornal online), com o intuito de analisar, no material, a cor dos indivíduos representados, a condição socioeconômica deles e a possibilidade de terem meios ou não de estar nas aulas remotas emergenciais. Dessa forma, foram levadas em consideração diferentes *corpóra* para compor a análise dos discursos pedagógicos.

Segundo Orlandi (1987), o discurso pedagógico “se dissimula como transmissor de informação, e faz isso caracterizando essa informação sob a rubrica da cientificidade.” (p. 29). Embora o discurso pedagógico esteve e se faz presente na sociedade por muitos séculos, o foco deste artigo estará no momento da pandemia, período em que os estudantes e professores foram obrigados a utilizar-se das aulas remotas para que a educação pudesse acontecer.

O discurso pedagógico é muito utilizado pelas escolas e por professores sendo ele produtores de sentidos e auxiliador na transmissão de informações. Já a Análise do Discurso é uma ciência que faz parte do campo das ciências humanas, mais especificamente da ciência da linguagem (linguística). Entretanto, ela, diferentemente da linguística, não apaga o sujeito que está por trás dos discursos “(...) a Análise de Discurso para se constituir, tem de trazê-los para sua consideração. O sujeito descentrado e a situação, concebida, não em si, mas metaforizada pela articulação entre o simbólico e o político”. (ORLANDI, 2019, p. 140). Sobre as condições de produção do Discurso, Orlandi, com base em Pêcheux, informa:

(...) enunciaremos, a título de proposição geral, que os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar, imediatamente, que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual do termo, e que não se pode defini-lo senão em referência ao mecanismo da colocação dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que chamamos “as condições de produção” do discurso (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 35 *apud* ORLANDI, 2019, p. 141).

A Linguística por muito tempo concentrou-se no estudo da língua enquanto sistema fechado em torno de si, excluindo o sujeito que fala destes estudos. “Sendo a fala um ‘ato individual’, ele se opõe ‘ao caráter social’ da língua. Saussure, mesmo que ele não tenha desejado explicitamente, autoriza o ‘reaparecimento triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, uma unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios postos à sua disposição”.

(ORLANDI, 2019, p. 145).

A Análise do Discurso, portanto, pretende analisar não apenas a língua, mas “trabalha as relações entre o sujeito, a língua e a história.” (ORLANDI, 2005, p. 11), sendo estes três componentes inseparáveis nas análises discursivas. Dessa forma, o discurso é conceituado como um “(...) efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto.” (ORLANDI, 2005, p. 11).

A Análise do Discurso auxilia na compreensão dos enunciados (sejam eles orais, escritos,

visuais etc.), e faz com que as leituras não sejam superficiais, mas sim profundas. Costa (2012) informa que a ideia é ir além dos limites linguísticos e compreender as intenções do enunciador

Os enunciados são heterogêneos e que a troca de informação não acontece de modo linear nem estanque, mas, na prática, a comunicação ganha um sentido de curso, de fluência, de ação e movimento, que fazem com que os enunciados sejam chamados discursos. E essa condição de fluidez se faz presente em qualquer texto, inclusive nos impressos. (COSTA, 2012, p. 18).

Orlandi (1987) informa que a escola é um local de reprodução cultural, e as organizações educacionais são recursos artificiais para solucionar o problema da transmissão de poder e da alienação, visto que as instituições escolares são os espaços onde há a reprodução das relações entre as classes sociais; fingindo neutralidade, as escolas cumprem a função de manter o funcionamento (sem atritos) da sociedade capitalista.

A educação atual é constituída de maneira que se crie uma mão de obra para o mercado de trabalho. Portanto, de acordo com o artigo 35º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 “II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.” (BRASIL, 1996).

Apesar de na LDB decretar no artigo 1º e 35º que a Educação visa à formação dos estudantes de forma que os auxiliem no seu desenvolvimento (humano, familiar, social, cultural, da autonomia e do pensamento crítico)

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 2017, p. 10).

Art. 35. III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (BRASIL, 2017, p. 26).

Na prática o que acontece é bem o oposto a isso. Tem-se falta de investimentos (principalmente na educação pública), desvalorização do profissional da educação e os conteúdos escolares são despejados displicentemente nos alunos, sem tempo para refletir e desenvolver estes conhecimentos.

Como a questão da educação é uma questão que acompanha a conjuntura em que se dá, em conjunturas históricas diversas, passamos do slogan «alfabetização e desenvolvimento», «para educação e mercado» (ambos aparecem como senso comum na mídia), em que o mercado exige a qualificação do trabalho, a qualificação do trabalhador. Por isso, no Brasil, temos slogans de governo que resultam em práticas que consideram que devemos ter um país rico em que os cidadãos, educados, são capacitados para o trabalho e circulam como consumidores de um mercado de trabalho qualificado. Consumo e cidadania aí se conjugam. Observe-se que o denominador comum é o trabalho, não o conhecimento... Na linha do pensamento positivista que está na base da República Brasileira, temos aí a relação, entre fortes e fracos, própria aos republicanos, no Brasil: a pátria forte deve prover o pobre fraco de educação. Do outro lado, o que vai ser educado, o será por patriotismo concedido, não por dever do estado. Essa relação pátria/ Estado é que produz os sentidos do sujeito da educação. (Orlandi, 2002, p.278).

Orlandi afirma que ensinar é “mais do que informar, explicar, influenciar ou mesmo

persuadir, ensinar aparece como inculcar.” (1987, p. 17). O dicionário Online de Português traz para a palavra inculcar a seguinte definição: “imprimir uma coisa no espírito ou na mente de alguém: inculcar uma verdade; inculcar uma ideologia na população”. Portanto, o conhecimento “precisa da incompletude, do inacabamento, da errância dos sujeitos e dos sentidos, de sua inexatidão”. (ORLANDI, 2016, p. 71).

A Análise do Discurso se faz necessária, pois: “consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (COSTA *apud* ORLANDI, 2021, p. 19) e “se os discursos não fossem heterogêneos –, não haveria necessidade da disciplina Análise do Discurso”. (COSTA, 2021, p. 19).

Como dito anteriormente, este artigo objetiva contribuir com análises de discursos pedagógicos durante a pandemia, a fim de observar como as mídias abordam as questões educacionais durante a pandemia. Para isso, duas charges e um artigo de jornal foram selecionados para montagem do *corpus* para análise. Marques (2011) aponta que as pesquisas da Análise do Discurso “possuem sempre um caráter qualitativo-interpretativista. Não há análise quantitativa de dados.” (p. 62).

Marques (2011) discorre que as análises discursivas, portanto, não são feitas de forma linear, com uma leitura horizontal, na ânsia de interpretar todo o texto, mesmo porque o discurso é inacabado. Dessa forma, o autor defende que “ao analisar o objeto, é necessário recorrer novamente à teoria. Daí, o procedimento analítico se dá nesse vai e vem entre a descrição e a interpretação.” (MARQUES, 2011, p. 62). Além disso, as análises discursivas “(...) propõe e trabalha as relações entre o sujeito, a língua e a história.” (ORLANDI, 2005, p. 11).

Os corpora escolhidos para este artigo, constituem-se de duas charges que foram selecionados por terem tido grande compartilhamento no *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* no início da pandemia, após determinação do governo de oferecer o ensino remoto emergencial. Foram escolhidas duas charges com a mesma temática, uma brasileira e outra escrita em espanhol (muito publicada não só por brasileiros, mas também espanhóis e sul americanos), a escolha foi intencional, pois este problema da desigualdade na educação não ocorreu apenas no Brasil; e uma reportagem apresentada no jornal televisivo fantástico e também publicada no site da Globo.

2 A Análise do Discurso

Orlandi (2009) informa que a Análise do Discurso rompe com as concepções de linguagem, uma vez que aborda em suas reflexões não apenas a linguagem, mas também o sujeito que enuncia as ideologias, os efeitos de memória, os não ditos e as heterogeneidades constitutivas e mostradas. “Pêcheux ([1975] 1988) rompe com a noção de língua enquanto sistema ou estrutura. Para ele a língua é a materialidade do discurso que traz a ideologia em si, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela própria ideologia.” (PÊCHEUX *apud* MARQUES, 2011, p. 60).

Levando em consideração a fala de Orlandi (2019): “para se formalizar, a Linguística se produziu uma escrita, mas, para isso, teve de “esquecer” o sujeito e a situação.” (p. 140).

Pensando na Análise do discurso, ela não estuda a língua enquanto sistema fechado como fazia à linguística; a Análise do discurso estuda a língua e o sujeito que enuncia. O sujeito não é ignorado nos estudos da Análise do Discurso. Levando isso em consideração e relacionando com a prática pedagógica vigente, muitas vezes o sujeito é esquecido. O sistema capitalista “forma massas”. São vários grupos heterogêneos dentro de uma instituição escolar, e os materiais didáticos e muitas vezes até as metodologias e práticas pedagógicas são voltadas para grupos homogêneos.

Além disso, a Análise do Discurso não se preocupa apenas com a língua, mas também com os sentidos. De acordo com Authier-Revuz (2004), “o sentido de um texto não está, pois, jamais pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis: pensa-se evidentemente na “leitura plural.” (2004, p. 26). Assim sendo, tanto a reportagem quanto as charges estão de acordo com as discussões de Authier-Revuz, pois os sentidos empregados pelos textos não estão “prontos”, é na leitura do texto que os sentidos se produzem, é na relação dialógica que os sentidos são empregados. Consequentemente, “... as palavras são “carregadas”, “ocupadas”, “habitadas”, “atravessadas” por discursos, é o que Bakhtin designa “saturação da linguagem [...] socialmente significativa [...] por intenções e acentos determinados”. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 36).

Os discursos também não são passivos e neutros, eles são direcionados às pessoas e se produz com outros discursos já ditos em outros momentos. “O discurso (como qualquer signo, em geral) é interindividual. [...] não se pode atribuir o discurso somente ao locutor [...]. Cada enunciado tem sempre um destinatário [...] e o autor da obra verbal procura e antecipa a compreensão responsiva.” (Bakhtin escrito em 1959-1961 e citado por Todorov, 1981, p. 83 e 170 apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 42). Por isso, os leitores irão ler uma posição ideológica e transpô-lo com a sua subjetividade. Levando em consideração esta citação, e que estamos abordando charges e uma reportagem, elas foram escritas para “os outros”, portanto, o leitor (o outro) irá interpretar o texto e dar um sentido para este. Assim, “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do outro”. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso.” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69).

Outro autor que também muito contribui com a Análise do discurso é Dunker (2020). Ele aborda sobre a escuta e diz que “escutar demanda trabalho e dedicação. É uma forma de cultivo, quase uma arte... escutar é como polir as palavras e o escutador é um polidor de palavras...” (DUNKER, 2020, p.123). É interessante a metáfora empregada pelo autor, de “polidor de palavras”. Essa imagem reforça que o escutar nunca é algo passivo, pelo contrário, é algo ativo, pois quem escuta está “polindo palavras”. Escutar envolve atenção, mas ao mesmo tempo traz o que está dentro do “escutador”. Na Análise do Discurso há a escuta, de um discurso ou de vários discursos. No processo de escuta há também a análise, do que é ignorado, do que se revelou no dizer. O analista de discurso “escuta” na profundidade do dizer. Neste artigo, fizemos leituras de textos e de imagens; e a leitura é também como a escuta, é o “escutar com os olhos”. Ler as falas proferidas por outras pessoas.

Vale salientar que as teorias de Dunker (2020), Authier-Revuz (2004) e Orlandi (1987,2001,2005,2016, 2019,2021) foram relevantes para este estudo, pois analisamos não apenas enunciados, mas as ideologias pronunciadas, a memória discursiva por trás das

enunciações, os não ditos, o que se deixou revelar nas charges e na reportagem; além disso, percebemos que a leitura não é uma atividade passiva e neutra, ao ler deixamos revelar a nossa subjetividade, nossa memória constitutiva.

Outra questão que Dunker (2020) discorre é sobre o ensinar, para o autor “a transmissão do saber é uma tarefa que acontece no quadro do que a psicanálise chama de transferência. A transferência envolve basicamente o próprio processo do saber e seus momentos de extração da verdade, na relação com o outro.” (p.187). Nessa questão, tanto o ensinar quanto o aprender necessita da fala e da escuta. Ele critica a forma que está a educação, que “se adota na escola a mentalidade do consumidor. (apud DUNKER, 2020, p. 201). E nesse processo “a educação baseia-se em métricas, resultados e parâmetros. Ela rapidamente produz escolas que selecionam ou segregam alunos para o ENEM... e, como tal, é o mesmo princípio que nos leva ao ensino apostilado, às matérias pré-fabricadas, aos professores recicláveis, aos cursos e faculdades para inglês ver.” (DUNKER, 2020, p. 199 – 200). O que o autor informa é de suma importância para o artigo, pois a pandemia deixou essa forma de ensino evidente. Um aprender que se resumiu em ouvir de forma remota um professor “despejando conteúdos” nos estudantes.

3 Análise e discussão dos dados

Muitas charges circulam em posts do *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, etc; e elas escancaram para o mundo as diferenças socioeconômicas e deixam em evidência a desigualdade na escolarização para as diferentes classes sociais. A educação, portanto “(...) funciona na sociedade brasileira como elemento discriminador e discriminatório: divide social, econômica e politicamente, cidadãos e (não) cidadãos, os que podem (e não podem) ter empregos (estes ou aqueles), os que circulam nestes (ou naqueles) espaços sociais.” (ORLANDI, 2016, p. 69). Nesse sentido, duas charges que analisamos foram publicadas em uma página do *Twitter*, a outra foi retirada de uma notícia do jornal eletrônico G1.

Quadro 1 – Descrição da “Charge 1”

A primeira charge analisada percorreu posts do *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. Nela há cinco moradores de rua com vestes maltrapilhas, um deitado e os outros quatro sentados em colchões de papelão, todos escorados em uma parede de esquina cor de rosa, com pratos vazios à frente. Uma única mulher no meio deles está com uma criança de colo. Ela é questionada pelo morador de rua ao lado: “E aí, já baixou o aplicativo?”.

Fonte: Site do *Twitter*¹

Na primeira charge descrita acima, há pessoas não brancas, residindo nas ruas, vestindo roupas rasgadas. Entre elas há uma mulher com uma criança no colo. Um dos moradores de rua questiona a mulher: “E aí, já baixou o aplicativo?”. Assim sendo, essa charge confirma que a educação ocorre de forma desigual para pessoas de classes sociais distintas. A pandemia evidenciou isso para a sociedade. Os indivíduos pertencentes à classe social prestigiada possuem computadores e celulares com acesso à internet, assim conseguem assistir às aulas online. Por outro lado, os indivíduos que não possuem uma alta renda não conseguem frequentar as aulas

1 Disponível em: <https://twitter.com/orlandoguerreir/status/1247904815138693120>. Acesso em: 22/04/2021.

por não ter acesso à internet e, quando possuem, precisam dividir um dispositivo eletrônico com outros membros da família. Como pessoas em condições de vulnerabilidade, como nesta charge, consegue ter um aparelho tecnológico para baixar um aplicativo para os filhos frequentarem as aulas remotas, sendo que não possuem nem comida?

Analisando a “Charge 1”, a qual um homem que reside na rua pergunta a uma mulher que vive nas mesmas condições: “*E aí, já baixou o aplicativo?*”, vemos claramente que as condições de vida dos alunos foram ignoradas. Nesta charge, os moradores de rua nem máscara utilizam, não estão em uma casa, ou seja, não possuem energia elétrica, entre outros. Como então possuir um celular ou notebook para assistir aulas? Foi muito informado na televisão sobre o aplicativo que possibilita as aulas remotas, entretanto nem todos possuem condições de “baixar um aplicativo”. Assim, esta fala, retoma as informações passadas na televisão, de que se deve usar um aplicativo para que o aluno frequente as aulas; além disso, essa charge evidencia que a responsabilidade da escolarização é colocada na família. Caso a criança não participe das aulas, foi porque as mães não “baixaram o aplicativo”. Conforme apontado por Orlandi (2001), todo enunciado retoma algo já dito anteriormente. Dessa forma,

A memória tem as suas características, quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, memória discursiva. O já-dito que está na base do dizível. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. (p. 31).

Ao analisar a expressão “*E aí*”, que habitualmente é usada para retomar uma conversa anterior ou algo dito anteriormente, percebemos que, como noticiado na televisão, os benefícios para pessoas de baixa renda migraram para aplicativos (bem como as aulas online). Nesse sentido, este “*e aí*” é o já-dito, ele retoma a fala tão noticiada na televisão. Outrossim, essa expressão, estando em uma charge, é também uma crítica, pois levanta um questionamento de como pessoas nessas condições conseguiriam possuir um aparelho com acesso à internet para conseguir baixar os aplicativos e ter acesso aos benefícios?

Além disso, a charge também deixa claro a responsabilização das mães na aprendizagem (ou não aprendizagem) das crianças. Na charge não há um pai morador de rua com uma criança no colo, mas sim uma mãe. Na sociedade, tudo que acontece de negativo com uma criança “é culpa da mãe”. Dessa forma, ao mostrar um homem questionando se a mãe “*já baixou o aplicativo?*” evidencia que se a criança não vir a participar das aulas, e conseqüentemente a não se escolarizar, a culpa é da mãe que não comprou um aparelho, que não pagou a internet e não instalou o aplicativo que permite sua criança a participar das aulas remotas.

A mulher tem o papel histórico de mantenedora do lar e de educadora das crianças. Na burguesia, elas eram educadas para o casamento, para serem “*belas, recatadas e do lar*”, como prova disto, existem várias literaturas infantis voltadas para crianças do sexo feminino com o modelo ideal de mulher a ser seguido (ex. *Branca de Neve e os sete anões, Cinderela, A Bela adormecida* etc.). Nestes livros, as princesas são brancas, bonitas, boazinhas e ficam à espera do príncipe encantado para salvá-las das madrastas más. Caso elas consigam se resignar no seu papel e não se revoltarem, recebem o prêmio de consolação, um príncipe encantado, lindo e rico. Oliveira (2008) nos informa que

Constituída pelo estabelecimento da ordem patriarcal que, em grande medida foi legitimada pela religião cristã ocidental, que transmitiu o silenciamento do

feminino em todas as esferas sociais [...] era subordinada e dependente do pai ou do marido, sendo feita propriedade do homem e calada por ele. (OLIVEIRA *apud* SILVA, 2017, p. 554).

Dessa forma, vemos nessa primeira charge um homem perguntando se a mãe, uma mulher, gênero que historicamente tem a função de educadora, está cumprindo o seu papel, ou seja, se ela “já baixou o aplicativo?”. Esta charge mostra que, independente da camada socioeconômica da qual a mulher pertence, ela será cobrada por tudo de negativo que acontecer com sua criança.

Por essa razão, podemos observar na charge uma mulher com uma criança no colo sendo questionada se ela já fez o *download* do programa. Por não inverter os papéis sociais, isto é, representar uma mulher perguntando a um homem com um filho no colo: “E aí, já baixou o aplicativo?”, a charge retoma então um papel histórico. O papel da “rainha do lar”, responsável pela educação e escolarização da criança.

Promove-se, assim, um novo modelo de feminilidade pautado no ideário de esposa, dona de casa, mãe de família, rainha do lar, etc., cabendo a essa “nova” mulher atentar detalhadamente para o cuidado com a vida de cada membro de sua família, cumprindo o papel de extrema importância na formação da família nuclear, fundamentada na pedagogia burguesa e cristã. (OLIVEIRA *apud* SILVA, 2017, p. 557).

Por fim, ao analisarmos as questões das etnias, percebemos que a sociedade burguesa da elite era historicamente branca e, da mesma forma que simbolizado na charge, homes de pele escura morando nas ruas. Os negros representavam as camadas menos prestigiadas da sociedade, por isso eram a maioria das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Isso deixa em evidência o racismo, traz uma história de um povo que foi desrespeitado, escravizado e que, ainda hoje, vivem em situações deploráveis por causa de uma memória histórica.

A esse respeito, Batista e Mastrodi (2018) defendem que “a sociedade escravagista era estruturada a partir dessa desigualdade fundamental: importava que os negros fossem identificados como objetos para que o sistema funcionasse.” (p. 2334). Dessa forma, este discurso, estas situações desiguais ainda muito presentes no Brasil, deixam-se revelar nesta charge.

Ou seja, os negros, que foram subalternados no sistema escravagista por forças não-econômicas, têm sofrido, no âmbito do modo de produção capitalista, uma exploração dupla: o sistema econômico se aproveita do sistema social racista para negociar a força de trabalho do negro como uma mercadoria ainda mais barata que a força de trabalho do branco. Na verdade, o racismo se mantém na sociedade contemporânea de várias formas. (BATISTA e MASTRODI, 2018, p. 2335).

Quadro 2 – Descrição da “Charge 2”

A segunda charge analisada também percorreu posts do *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. Nela há uma criança de pele morena, vestes rasgadas, com um caderno e um lápis na mão, usando máscara de proteção contra a covid-19, esta criança está em cima de livros olhando pela janela de uma criança de pele branca que assiste uma aula pelo *notebook* em uma mesa e cadeira apropriados para computadores. Há ainda a mensagem na parede amarela: “*la educación em tiempos de pandemia.*” (A educação em tempos de pandemia – tradução nossa).

Fonte: Site do *Twitter*²

2 Disponível em: <https://mobile.twitter.com/sandritagg/status/1253083937368428544>. Acesso em: 25/04/2021.

Nesta segunda charge, há uma criança que não é branca, com roupas rasgadas usando uma máscara, segurando seu caderno e assistindo a aula pela janela de uma criança que possui um computador. Há ainda a seguinte frase: “La educación em tiempos de pandemia...” (A educação em tempos de pandemia – tradução minha). Essa charge mostra a diferença entre as classes socioeconômicas, e como elas estão sendo afetadas de maneiras diferentes na pandemia.

Essa charge mostra a diferença entre as classes socioeconômicas e como elas estão sendo afetadas de maneiras diferentes na pandemia. Uma criança tem todo o conforto, um notebook, cadeira confortável, iluminação, já a outra criança está com vestes rasgadas, fazendo livros de escada para conseguir alcançar a janela e assistir a aula. Na sociedade capitalista, ser escolarizado é sinônimo de possuir maiores benefícios (um emprego melhor e, conseqüentemente, salários melhores). Os indivíduos que possuem boa performance acadêmica geralmente possuem “mérito”, enquanto os que não conseguem frequentar as aulas devem se submeter a uma vida de escassez (de recursos, de empregos, de restrição a alguns lugares, entre outros).

Nesse sentido, o Estado, com a ideologia da meritocracia, retira a culpa da não escolarização de si e a delega aos cidadãos (que não aproveitaram oportunidades e não se esforçaram muito academicamente). Desse modo, “o sujeito é escolarizado ou não escolarizado e isso define as relações sociais em que se enreda, em que significa e é significado.” (ORLANDI, 2016, p. 70).

Essa segunda charge mostra uma criança de pele morena assistindo a aula pela janela de uma criança branca. Assim fica evidente os privilégios do descendente de burguês branco, que nasce com boas condições, possuem computadores e, mesmo com uma pandemia, consegue usufruir de seus direitos à escolarização, ao lazer, à saúde, à alimentação, ao vestuário, entre outros direitos. A charge deixa claro que nem todos têm os seus direitos realizados. Segundo o Art. 25 e Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH):

25- 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Artigo 26 - 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. (BRASIL, 1948, p.4).

Apesar da DUDH, o que vemos são crianças com seus direitos não cumpridos. A criança da charge não está com uma boa vestimenta, nem tem o direito à instrução realizado (ela precisa assistir a aula pela janela do colega). A charge se mostra não só no desenho, mas também na realidade. No Brasil, houve uma tentativa de assegurar internet gratuita para alunos e profissionais da escola pública, pois muitos não conseguiam acessar as aulas remotas; entretanto ela foi vetada:

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o projeto que buscava assegurar internet grátis a alunos e professores da educação na rede básica. O veto total foi publicado na edição desta sexta-feira (19) do “Diário Oficial da União” (DOU). O Senado aprovou a matéria em fevereiro. A proposta já havia sido aprovada pela Câmara em dezembro de 2020. (G1, 2021).

Assim, ao vetar o projeto que asseguraria internet para alunos e professores que não possuem condições de manter uma internet em casa, o governo retira de si a responsabilidade

de escolarização e, novamente, deposita-a nos cidadãos (nas famílias, nas mães ou nas próprias crianças). Conforme apresentado na Charge 2, a própria criança busca assistir às aulas, procura aprender, mesmo que para isso deva ficar em pé, por muitas horas, na frente da janela de alguém. Essa charge, por sua vez, trabalha com o já-dito. De certa forma, ela se vincula às reportagens de crianças com o seu direito de escolarização não atendido, como a notícia apresentada pelo jornal G1 sobre um garoto que precisa subir em árvores para conseguir assistir às aulas.

Quadro 3 – Descrição da Notícia

A terceira análise é uma reportagem do G1. Essa reportagem aconteceu durante a pandemia e foi passada tanto no jornal televisivo quanto publicado na modalidade escrita no jornal *online*. Nela, há um garoto (adolescente) que não é da cor branca sentado em cima de uma árvore, com uma folha na mão e um celular apoiado em uma madeira improvisada. Ele encontrou essa forma de estudar durante a pandemia, pois sonhava em ingressar em uma universidade. O título dado para a manchete foi: “*Estudante adapta ‘sala’ em cima de árvore para acompanhar aulas remotas, no PA: ‘construindo um sonho’*”.

Fonte: Site G1 ³

Sob esse prisma a exclusão social se torna visível não apenas por charges, mas também reportagens. A matéria publicada no jornal da Globo.com com o título: “*Estudante adapta ‘sala’ em cima de árvore para acompanhar aulas remotas, no PA: ‘construindo um sonho’*” deixa bem claro o papel da mídia enquanto mantenedora da ideia de meritocracia, que exalta uma criança de 15 anos, que heroicamente sobe em árvores para conseguir “*realizar o seu sonho*” de estudar. Ele se torna então: “*Exemplo de aluno, exemplo de família*”. Em nenhum momento, a reportagem critica o (des)governo que não fornece meios de acesso à internet (que permitiriam que crianças conseguissem assistir às aulas remotas, sem precisar subir em árvores).

No final da reportagem é informado que: “*Por meio de nota, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) esclareceu que, além dos conteúdos de aprendizagem disponibilizados através das plataformas digitais, também está fornecendo materiais pedagógicos de maneira impressa aos estudantes, por meio dos cadernos de atividades estruturantes e compêndios, além do uso do livro didático como suporte no processo de aprendizagem.*” (G1, 2021). Em outras palavras, vemos que o governo está fazendo o papel dele, se o aluno não consegue frequentar as aulas online, tem a opção do material impresso.

A reportagem não analisa o material – se é um material de qualidade, ou apenas exercícios aleatórios para o aluno passar o tempo e garantir a presença na aula, mas não o conhecimento. Além disso, não mostra outra forma de auxílio aos estudantes que apresentarem dúvidas ao estudarem sozinhos, já que, por terem que estudar pelo material impresso por não conseguirem acessar as aulas online, não acompanham as explicações dos professores e não conseguem sanar suas dúvidas nesse horário. No entanto, a reportagem dá uma terceira opção às crianças, elas podem seguir o exemplo citado nela e subir em árvores para conseguirem estudar.

Existem muitas falhas na educação brasileira, e a culpa delas não decorrem da pandemia, já que antes de o vírus moldar a sociedade e obrigar as pessoas a viverem reclusas em seus lares; o sistema educacional no Brasil já encontrava problemas. Falta de profissionais, superlotação das salas de aulas, prédios não reformados, ausência de materiais escolares de qualidade, são só

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/03/14/estudante-adapta-sala-em-cima-de-arvore-para-acompanhar-aulas-remotas-no-pa-construindo-um-sonho.ghtml>. Acesso em: 22/04/2021.

alguns pontos que precisam de mais atenção e auxílio dos gestores. O ensino brasileiro necessita de reformulação, de transformação para conseguir, de fato, criar cidadãos críticos e reflexivos, prontos para lidar com os problemas sociais encontrados. Sobre esta questão Orlandi (2016) discorre:

Dessa forma, não se coloca a questão da educação como uma questão de estrutura, que teria, não que ser reformada, mas transformada, rompida. Aparece, assim, como uma questão de capacitação, de treinamento e não de formação. Vincula-se ao programa de desenvolvimento do país e não da formação do sujeito social de maneira mais ampla. Para nós, a formação é que pode resultar na educação social em seu sentido mais forte e definidor de uma estrutura política flexível, de uma formação social suscetível ao dinamismo e à mudança. (ORLANDI *apud* ORLANDI, 2014, p.14).

Outrossim, é informado na reportagem que “*na localidade o sinal de celular e internet é ruim, e a maneira encontrada por Artur foi subir todos os dias na árvore para acessar o conteúdo escolar.*” (G1, 2021). Ou seja, os alunos podem encontrar diversas maneiras para estudar e, se os estudantes não estudaram, é porque não buscaram outros meios para se escolarizarem. Nesse sentido, a reportagem deixa clara a inscrição ideológica dos jornalistas: de que o aluno é responsável por sua própria aprendizagem (ou não aprendizagem), cabe a ele aproveitar (ou não) as oportunidades oferecidas. “E, apesar das dificuldades, não pensa em abandonar as aulas. ‘A gente tem que aproveitar as oportunidades. Estou aqui na roça, mas vou seguindo’, disse.” (G1, 2021).

O que percebemos com essa reportagem é que, como problematizado por Orlandi (2016), “A proposta pedagógica que mais se ouve continua a ser a da capacitação e não de formação” (ORLANDI, 2014, p.148). É um coringa que se tira do bolso para silenciar outras formas de reivindicação social das ciências.” (p. 72).

A ideologia da meritocracia se faz presente na reportagem, uma vez que valoriza os esforços pessoais que os alunos menos privilegiados economicamente fazem para conseguir realizar os seus sonhos, para conseguir pôr em prática um direito básico (da instrução). No entanto, não culpa a negligência do Estado que não provê aos estudantes as condições mínimas para exercerem um direito que é seu: o de estudar. A responsabilidade de aprender é, pois, do estudante (e este sempre deverá encontrar uma forma para a concretização dos seus estudos). “Para ele, a pandemia maximizou problemas que já existiam no ensino presencial das escolas públicas, principalmente na região amazônica. Porém, a família dos três irmãos dá exemplo de comprometimento com a educação.” (G1, 2021)

Portanto, fazemos coro a Orlandi (1987) que defende que “a escola tem uma função de dissimulação: apresenta hierarquias sociais e a reprodução dessas como se estivessem baseadas na hierarquia de “dons”, méritos ou competências e não como hierarquia fundada na afirmação brutal de relações e de força. Convertem hierarquias sociais em hierarquias escolares e com isso legitimam a perpetuação da ordem social.” (p. 22).

4 Considerações finais

Este artigo buscou analisar alguns discursos pedagógicos que percorrem as mídias sociais. Assim, examinamos duas charges e uma reportagem sobre educação e exclusão social durante

a pandemia. A pandemia, portanto, escancarou que a educação não é “para todos” como foi estabelecido pela LDB art. 87 §1º que previa “diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (BRASIL,1996). A pandemia, portanto, evidenciou isso para o mundo, uma vez que, apenas professores e estudantes possuidores de dispositivos eletrônicos (celulares, *tablets*, computadores, *notebooks*) com acesso à internet, conseguem frequentar as aulas online. Sobre a exclusão no processo escolar, Orlandi (2016) informa que

Em uma sociedade do conhecimento, do saber, sociedade da escrita aliada ao desenvolvimento e à divisão, como temos já dito em diferentes ocasiões, a existência da escola não só significa no seu interior, mas em toda a formação social, em sua natureza e estrutura; desse modo, o discurso pedagógico afeta também quem está fora da escola... o sujeito é escolarizado ou não escolarizado e isso define as relações sociais em que se enreda, em que significa e é significado. (p. 70).

Entretanto a pandemia pode, de certa forma, revolucionar o ensino. A educação é tradicional há bastante tempo, mesmo com diversas teorias trazendo novas maneiras de escolarização, na prática, em muitas instituições escolares, a docência se mantém da mesma forma. Isso é algo que amplia a exclusão social, principalmente na modalidade remota, visto que nem todos os estudantes conseguem acompanhar, ou até mesmo suportar as aulas, o que os leva a desistir da instrução. A esse respeito, Mendes e Oliveira (2020) defendem que

Há tempos se debate sobre as problemáticas enfrentadas pelo ensino tradicional: aluno passivo, aulas monótonas, sem reflexão, memorização e desinteresse são alguns dentre os desafios encontrados nesse sistema. É fato que a educação precisa de novas maneiras de ensinar e educar, e o momento atual de pandemia que se coloca como desafiador e pode se tornar revolucionário. (MENDES e OLIVEIRA, 2020, p. 2).

Portanto, a pandemia deixou claro para todos os problemas já enfrentados na Educação: aulas monótonas, excesso de conteúdo, pouco tempo para reflexões e foco em memorização. A pandemia também mostrou que a educação não é para todos, os indivíduos que possuem um maior poder aquisitivo conseguem se escolarizar bem durante essa época de isolamento social, enquanto que os alunos sem poder aquisitivo se submetem apenas às maneiras oferecidas, sejam elas “subir em árvores” ou fazer atividades em materiais impressos que não proporcionam a experiência completa de estudos.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BATISTA, W. M.; MASTRODI, J. Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil. *Ver. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, N.4, 2018, p.2332-2359.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996.

BRITO, G. Estudante adapta ‘sala’ em cima de árvore para acompanhar aulas remotas, no PA:

‘construindo um sonho’. Portal G1. 14 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/03/14/estudante-adapta-sala-em-cima-de-arvore-para-acompanhar-aulas-remotas-no-pa-construindo-um-sonho.ghtml>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRITO, C. C. P.; GUILHERME, M. F. F. A constituição do professor de Inglês pré-serviço em um Curso de Letras EaD: representações sobre formação, ensino-aprendizagem e tecnologia. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 17, n. 1, p. 117-136, jan./abr. 2017.

COSTA, H. C. A importância da análise do discurso na compreensão de enunciados. *Controvérsia* - Vol. 8, nº 2, 2012, p. 17-27. Acesso em: 22 jun. 2021.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em: 22 jun. 2021.

DUNKER, C. *Paixão da ignorância: a escuta entre Psicanálise e Educação* – Coleção Educação e Psicanálise, vol 1. São Paulo, Editora Contracorrente, 2020. ISBN: 978-65-991194-9-1.

G1. Bolsonaro veta integralmente projeto que assegura internet grátis a alunos e professores da rede pública. Portal G1.19/03/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/19/bolsonaro-veta-integralmente-projeto-que-assegura-internet-gratis-a-alunos-e-professores-da-rede-publica.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2021.

GABRIELA, S. La educación em tiempos de pandemia... 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://mobile.twitter.com/sandritagg/status/1253083937368428544>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GUERREIRO, O. E aí, já baixou o aplicativo? 8 de abril de 2020. Disponível em: <https://twitter.com/orlandoguerreir/status/1247904815138693120>. Acesso em: 29 jun. 2021.

INCULCAR. In: Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inculcar/>. Acesso em: 26 jun. 2021.

ORLANDI, E. P. *A Linguagem e o seu Funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). *Estudos da Língua(gem)*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005.

ORLANDI, E. P. *Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação*. Revista ALED. 2016. p. 68-80.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso é possível?. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 44, p. 138–156, 2019.

LISBOA, A. P. Programa de teleaulas da rede pública é oferecido durante a pandemia. Correio Braziliense. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/04/06/interna-educacaobasica-2019,842598/programa-de-teleaulas-da-rede-publica-e-oferecido-durante-a-pandemia.shtml. Acesso em: 24 jun. 2021.

MARQUES, W. Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso Face aos Novos Suportes Midiáticos. *Domínios de Linguagem*, v. 5, n. 1, p. 58-73, 2011.

MENDES, M. C. et al.. Ensino remoto em tempos de pandemia: o perfil e as demandas educacionais e sociais dos professores. *Anais VII CONEDU - Edição Online*. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

SILVA, G. F. A Mulher e a Família Burguesa no Brasil Oitocentista. *Humanidades em Contexto: Saberes e Interpretações*. p. 553 -562, 2017.